

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

AS DIFERENTES VISÕES POLÍTICAS ACERCA DAS IDEIAS LIBERALISTAS E COMUNISTAS SEGUNDO SEUS PRINCIPAIS PENSADORES¹

Vitor Alessio Manfio², Nicolý Stefanello Stochero³, Jean Mauro Menuzzi⁴.

¹ Trabalho de pesquisa realizado no curso de Direito da URI/FW.

² Acadêmico do Curso de Direito da URI/FW

³ Acadêmica do Curso de Direito da URI/FW

⁴ Professor orientador do Curso de Direito da URI/FW

Introdução

O presente trabalho visa abordar as diferentes visões políticas e econômicas ao longo da história acerca das ideias liberalistas e comunistas conforme seus principais pensadores. Após a idade média, várias mudanças marcaram a Europa e o continente americano, com o surgimento dos movimentos iluministas, ganho força a criação de novos pontos de vistas preocupados em teorizar a função do Estado.

Nesse contexto, buscou-se estudar os principais fundamentos basilares das teorias políticas e econômicas liberais e comunistas, as discrepâncias e as relações entre os pensamentos dos seus estudiosos.

Metodologia

A pesquisa realizada neste trabalho pode ser classificada como bibliográfica. Isto porque é desenvolvida a partir de estudos publicados em livros, artigos, dissertações e teses.

Resultados e discussão

Segundo Locke (2006, p. 23), “Para compreender corretamente o poder político e traçar o curso de sua primeira instituição, é preciso que examinemos a condição natural dos homens [...]”.

Essa condição natural é abordada por muitos pensadores. Dentre os quais se faz necessário citar o filósofo Aristóteles, considerado por muitos estudiosos como o pai da teoria natural.

Este observou que os humanos tinham uma tendência natural a formar unidades sociais. “[...] o homem, por natureza, é um animal político [isto é, destinado a viver em sociedade] [...]” (ARISTÓTELES, 2015, pg. 56).

Conforme a teoria natural do surgimento da sociedade, o homem passou a relacionar-se com outros homens de maneira espontânea. Esse agrupamento em sociedade se dava pela necessidade humana de sobrevivência e busca de um bem estar social.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

Porém, de acordo com o filósofo inglês Thomas Hobbes, abandonados e sem um governo forte e absoluto, os indivíduos aterrorizam uns aos outros num estado de natureza.

“[...] quando não existe um poder comum capaz de manter os homens numa atitude de respeito, temos a condição do que denominamos guerra; uma guerra de todos contra todos”. (HOBBS, 2014, pg.108).

Por conseguinte, com o advento da teoria contratualista, começou-se a moldar a figura de um Estado, superior aos indivíduos, detentor de poderes coercitivos e com a função de prevenir o caos por meio de um contrato social.

Numa definição mais geral, entende-se por liberalismo, uma doutrina política e econômica com ideias referentes a uma concepção de Estado. Nasceu, paulatinamente, como uma forma de contradição às monarquias absolutistas.

[...] o Estado liberal nasce de uma contínua e progressiva erosão do poder absoluto do rei [...] é justificado como o resultado de um acordo entre indivíduos inicialmente livres que convencionam estabelecer os vínculos estritamente necessários a uma convivência pacífica e duradoura. (BOBBIO, 1994, pg. 14).

O primeiro a apresentar as concepções liberais de governo foi o filósofo inglês John Locke. Argumentou que a finalidade do Estado deveria ser salvaguardar os direitos naturais do homem à liberdade, à vida, e à propriedade; assegurar o bem estar público social; e punir aqueles que transgredissem os direitos dos demais. Esses entendimentos serviram como inspiração para as revoluções na América do Norte e na França no final do século XVIII.

Logo, a incumbência principal do governo passou a ser legislar. De acordo com Locke e seu pensamento acerca da separação dos poderes políticos, o poder legislativo seria supremo, deveria constituir as normas gerais nas matérias do governo, ao passo que o poder executivo seria incumbido de aplicar as leis.

Entendo, pois, por poder político o direito de elaborar as leis, [...] no intuito de regular e conservar a propriedade, e de utilizar a força da comunidade para garantir a execução de tais leis e para protegê-las de ofensas externas. E tudo isso visando só ao bem da comunidade. (LOCKE, 2006, pg.22).

No pensamento de Locke, uma das funções da centralidade das leis, é que elas resguardam a liberdade. O propósito da lei não é abolir ou restringir, mas preservar e aumentar a liberdade. Não havendo leis, nossa liberdade permaneceria restringida por um estado de natureza caótico, improvável, evitando que, na realidade, existisse liberdade.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

Outro direito que deveria ser assegurado pelo contrato social nas ideias liberalistas seria a propriedade privada. “[...] cada homem tem a propriedade particular em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo”. (LOCKE, 2006, pg.38).

As ideias de Locke dão base para, mais tarde, o também inglês, Adam Smith, popular como o fundador da economia moderna e o mais influente estudioso liberalista econômico. Este pensava que os agentes econômicos operando livremente e regulados automaticamente por uma “mão invisível”, aproximar-se-iam de uma conjuntura de eficácia. Contudo, Smith, em demasiadas circunstâncias se colocava como defensor da intromissão estatal em questões sociais, como por exemplo, a garantia de justiça e o combate à miséria.

Crítico da propriedade privada, Rousseau acreditava ser ela a origem da desigualdade entre os homens. “O primeiro que, ao cercar um terreno, teve a audácia de dizer isto é meu e encontrou gente bastante simples para acreditar nele foi o verdadeiro fundador da sociedade civil”. (ROUSSEAU, 2016, pg. 80).

Rousseau, em sua obra, imagina uma ideia de liberdade que consiste em viver dentro das regras estabelecidas pela sociedade de forma tão perfeita que se torna livre pela “simples” harmonia absoluta. Sabe-se que a sociedade de fato está longe dessa perfeição.

Eu quisera viver e morrer livre, isto é, de tal modo submetido às leis que nem eu nem ninguém pudesse sacudir o honroso jugo [...] Eu teria, pois, como pátria, uma feliz e tranquila república cuja antiguidade se perdesse de certo modo na noite dos tempos, que não tivesse experimentado senão golpes próprios para manifestar e consolidar nos seus habitantes a coragem e o amor da pátria, e onde os cidadãos, acostumados de longa data a uma sábia independência, fossem não somente livres, mas dignos de o ser. (ROUSSEAU, 2016, pg.13 e 14).

O principal pensador quando se trata de ideias comunistas, contrapondo-se as ideias liberais de entendimento estatal é sem sombra de dúvidas, Karl Marx. Este tinha uma visão crítica em relação aos burgueses, para Marx, a raiz de todo o problema era a diferença entre as classes, e está se dava através da propriedade privada.

Defensor de um Estado comunista, afirmava que as ideias dominantes da época sempre foram de quem possuía o controle sobre o capital e em consequência disso também detinham o poder. Quanto ao restante da sociedade, eram usados como mão de obra para aumentar o lucro excessivo da classe dominante. Colocando as máquinas para trabalhar a todo vapor, produzindo em grande escala, vivendo do mito que o livre comércio traria para todos a tão sonhada liberdade. "O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa." (MARX, 2015, pg. 30).

O comunismo surgiu com a intenção de unir todas as classes de trabalhadores e a impulsionarem para uma revolução, e assim, bater de frente com o “poder absoluto”. Nesse sentido, os comunistas podem resumir seu papel em uma fórmula única: abolir a propriedade privada. Julgam que os

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

comunistas querem abolir a propriedade pessoal adquirida, fruto do trabalho árduo de um camponês, por exemplo, mas não precisamos aboli-la, a indústria já fez isso. O trabalho assalariado do proletário cria capital que só evolui criando mais trabalhos assalariados, explorando novamente o proletário.

A burguesia no geral sempre se sobressaiu, sempre usou os proletas como degrau para adquirir o controle político e econômico. “A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos das classes. Estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas”. (MARX, 2015, pg.10).

Nesse meio tempo, os mercados continuaram sempre a crescer, a demanda sempre a aumentar. A manufatura já não era suficiente. Em consequência disso, o vapor e as máquinas revolucionaram a produção indústria. O lugar da manufatura foi tomado pela indústria gigantesca moderna; o lugar da classe média industrial, pelos milionários da indústria, líderes de todo o exército industrial, os burgueses modernos. (MARX, 2015, pg.11).

Marx afirma que capital é uma força social, pois depende de um todo, precisa-se que grande parte da sociedade trabalhe junto, quando transformado em propriedade comum, passa a pertencer a todos os membros da sociedade e não a um pequeno grupo possuidor de renda. Para um trabalhador é pago apenas um salário mínimo, isso quer dizer, o mínimo que um ser humano precisa para sobreviver, estes pregam que a sociedade viva de forma que o trabalhador amplie, aumente e melhore sua existência.

Conclusões

Como haja vista, os conceitos liberais ganharam força com a chegada do iluminista e a filosofia política de John Locke. Em linhas gerais, o liberalismo é uma teoria política de Estado restrito no que diz respeito aos seus poderes e também a seus papéis. Esse “Estado mínimo” se contrapõe a figura de um “Estado máximo”, logo, podemos dizer que, o Estado liberal se baseia no combate contra o Estado absoluto defendido por Hobbes, visando à conservação de um Estado democrático de direito.

Portanto, a função do Estado deveria ser garantir os direitos naturais do homem à liberdade, à vida, e à propriedade; assegurar o bem estar público social; e punir aqueles que transgredissem os direitos dos demais. No campo econômico o Estado deveria ser de igual forma, mínimo, atuando apenas em questões fundamentais e deixando com que o mercado econômico opere livremente controlado por uma espécie de “mão invisível”.

O ponto principal da discordância entre essas teorias foi e sempre será, à liberdade econômica, que pressupõe a defesa ilimitada da propriedade privada. Os ideais comunistas são contra esse tipo de pensamento liberal, especialmente no que se refere à economia, segundo eles, esse sistema de governo induziria a população a uma desigualdade econômica enorme.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

Não compactuam com o capitalismo por ser uma base falsa de igualdade que apresentam ao mundo, pois, para que o mecanismo de troca fosse justo, teria que ser estabelecido um padrão entre proprietários donos dos meios de produção. Mais valia é o que o operário ganha em forma de salário por produzir, o capitalismo não paga o que a mão de obra de fato merece, tornando assim a mais valia um roubo legalizado. Esse capitalismo conseguiu manejar as leis de tal forma que conforme o contrato, o trabalhador não pode determinar o que vai produzir e como vai produzir, ele meramente vende sua força de trabalho por quanto o proprietário deseja pagar, alienando despolitizando e coisificando a si mesmo, vivendo a própria condição de uma coação legalizada.

Contudo, é difícil, com tamanhos exemplos práticos, recusar as qualidades bastante elevadas do liberalismo, enquanto filosofia política e econômica, na democracia representativa, na promoção da riqueza, da dignidade e do progresso, e nos direitos civis. O contrato social é, portanto, a melhor forma para buscar garantir isso.

Palavras-Chave: Política. Estado. Liberalismo. Comunismo.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. Política. Tradução de Pedro Constantin Tolens. 6. ed. São Paulo: Martin Claret, 2015.

HOBBS, Thomas. O Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de Um Estado Eclesiástico e Civil. Tradução de Rosina de D'Angina. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2014.

LOCKE, John. Segundo Tratado Sobre o Governo. Tradução de Alex Marins. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2006.

SMITH, Adam. Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações. Tradução de Conceição Jardim Maria do Carmo Cary e Eduardo Lúcio Nogueira. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Tradução de Paulo Neves. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. 17. ed. São Paulo: Paz E Terra, 2015.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo, 1994.

KELLY, Paul; et al. O Livro da Política. Tradução de Rafael Longo. 1. ed. São Paulo: Globo, 2013.